

Todo mundo pode fazer greve?

Conheça seus direitos:

Quem está em estágio probatório tem os mesmos direitos que os demais em aderir à greve, e em todo movimento reivindicamos o abono do ponto para fins funcionais e aposentadorias

1) NOVOS CONCURSADOS

O estágio probatório está previsto na Constituição Federal e na Estadual. Assim, mesmo sendo um estágio de três anos, "É assegurado o prazo de dois anos de efetivo exercício para a aquisição da estabilidade aos atuais servidores em estágio probatório, sem prejuízo da avaliação a que se refere o §4o do art. 41 da CF" (art. 28 da EC n 18, de 5-2-1998). Também é garantido que o servidor só perderá o cargo mediante sentença judicial ou processo administrativo com direito à ampla defesa do servidor (EC 19 de 4-6-1998). Vale lembrar que, na avaliação do estágio probatório, **itens como assiduidade e pontualidade não levam em conta a greve** - direito assegurado nas Constituições.

2) GLP

A legislação referente a Gratificação por Lotação Prioritária (GLP) mudou. Agora são horas efetivamente trabalhadas. Neste sentido, o servidor não será remunerado se não trabalhar. Porém, se ele não recebe, ele também não possui obrigação de fazer a reposição das aulas. Não repondo, a turma pode não ter os 200 dias letivos assegurados e, aí, o governo vai assumir o ônus disso. Será que interessa ao governo isso?

3) CORTE DE PONTO

No decreto de criação do MCF (Mapa de Controle de Frequência), ainda na década de 1990, consta o código 61- falta por greve. O código 61 é estabelecido como código de informação e não punitivo, como tem sido a prática da SEEDUC para coibir o nosso direito à greve. Isso não está acontecendo. Até agora o governo tem orientado a colocar o código 61. Por muitas vezes, conseguimos abonar o ponto através de negociação com o governo. Nas greves que fizemos nos governos Cabral/Pezão, os salários foram pagos e não houve cortes. O corte ou abono do ponto, portanto, depende da força de nossa greve e das negociações.

Sepe realiza o seu XVI Congresso de Educação



No dia 25 de maio foi iniciado o 16º Congresso de Educação do Sepe, no Centro de Convenções Expomag, na Cidade Nova. O evento será realizado de 25 a 27 de maio, reunindo mais de 1.500 delegados eleitos nas escolas e em assembleias locais de núcleos municipais e regionais da capital. A edição deste ano tem o educador Paulo Freire como homenageado e o tema escolhido para o Congresso foi: "Da autonomia pedagógica à autonomia de classe frente aos governos: O Sepe na luta contra o neofascismo e a extrema direita".

Durante o Congresso, os delegados discutirão a conjuntura, questões educacionais, mobilização e luta para a garantia da Educação pública, gratuita e de qualidade para todos e contra os ataques dos governos. A primeira mesa de debates, tratou da conjuntura e reuniu os seguintes nomes: José Luiz Fevereiro, Valério Arcary, Joaninha, Heleno Araújo e Roberto Robaina.



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457
(Agendar atendimento, 10h às 16h).

www.seperj.org.br

[instagram.com/sepe_rj](https://www.instagram.com/sepe_rj)

[facebook.com/Seperj](https://www.facebook.com/Seperj)

[youtube.com/SepeRJoficial](https://www.youtube.com/SepeRJoficial)

twitter.com/RjSepe



seperj.org.br/filiacao



INFORMATIVO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

EDIÇÃO REDE ESTADUAL

Nº 12 | Finalizada em: 25/05/2023



Os profissionais das escolas estaduais do Rio de Janeiro decidiram por aclamação pela continuação da greve, em assembleia realizada no dia 23 de junho no Circo Voador

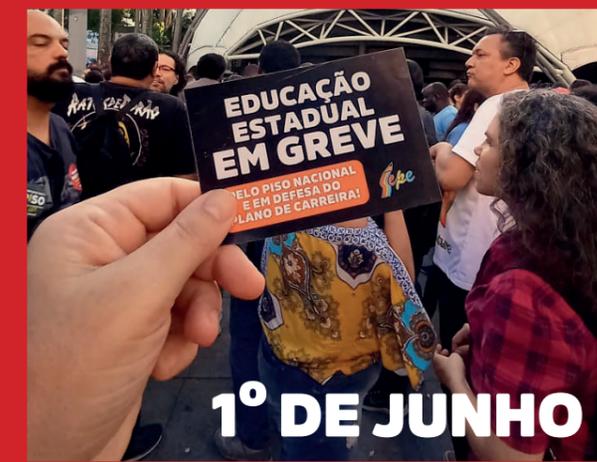
A categoria está em greve desde o dia 17 de maio e reivindica o pagamento do piso nacional do magistério para os professores e o piso dos funcionários (merendeiras, serventes, porteiros etc.), referenciado no salário mínimo nacional.

Logo após a plenária, milhares de profissionais saíram em passeata da Lapa até a Alerj, onde foi realizado um ato público, com a presença de diversos deputados estaduais, em apoio ao movimento. Ao final do ato, uma comissão do Sepe foi recebida na Alerj. O sindicato reivindicou que os deputados façam a intermediação com o governo.

Até a próxima assembleia, dia 1º de junho, vamos reforçar os atos locais e descentralizados, nos municípios e na capital; fazer corridas diárias às escolas

para reforçar a greve. Na sexta-feira, dia 26, haverá um ato no entorno do local onde o Sepe realizará o seu XVI Congresso de Educação, na Cidade Nova.

Próxima assembleia da REDE ESTADUAL



LOCAL E HORÁRIO A CONFIRMAR. EM SEGUIDA HAVERÁ ATO PÚBLICO

Compare a TABELA que o governador quer enviar para a Alerj e como deve ser, respeitando a Lei do Piso e o plano de cargos

LEGENDA Cargos com reajuste no valor do vencimento
 Cargos sem alteração no valor do vencimento

PROFESSOR DOCENTE II 22H

Ref	Vencimento-base atual do magistério	Tabela do governo sobre o piso, atacando o plano de cargos	Como deve ser, pela Lei do Piso, sem tocar no plano de cargos
1	R\$ 1.125,55	R\$ 2.431,30	R\$ 2.431,20
2	R\$ 1.260,61	R\$ 2.431,30	R\$ 2.722,94
3	R\$ 1.411,92	R\$ 2.431,30	R\$ 3.049,69
4	R\$ 1.581,31	R\$ 2.431,30	R\$ 3.415,66
5	R\$ 1.771,08	R\$ 2.431,30	R\$ 3.825,54
6	R\$ 1.983,16	R\$ 2.431,30	R\$ 4.284,60
7	R\$ 2.221,65	R\$ 2.431,30	R\$ 4.798,75
8	R\$ 2.488,24	R\$ 2.488,24	R\$ 5.374,60
9	R\$ 2.786,83	R\$ 2.786,83	R\$ 6.019,56

PROFESSOR DOCENTE II 40H

Ref	Vencimento-base atual do magistério	Tabela do governo sobre o piso, atacando o plano de cargos	Como deve ser, pela Lei do Piso, sem tocar no plano de cargos
1	R\$ 2.251,11	R\$ 4.420,55	R\$ 4.420,36
2	R\$ 2.521,26	R\$ 4.420,55	R\$ 4.950,80
3	R\$ 2.823,80	R\$ 4.420,55	R\$ 5.544,90
4	R\$ 3.162,63	R\$ 4.420,55	R\$ 6.210,29
5	R\$ 3.542,17	R\$ 4.420,55	R\$ 6.955,52
6	R\$ 3.967,24	R\$ 4.420,55	R\$ 7.790,18
7	R\$ 4.443,30	R\$ 4.443,30	R\$ 8.725,01
8	R\$ 4.976,50	R\$ 4.976,50	R\$ 9.772,01
9	R\$ 5.573,66	R\$ 5.573,66	R\$ 10.944,65

PROFESSOR DOCENTE I 40H

Ref	Vencimento-base atual do magistério	Tabela do governo sobre o piso, atacando o plano de cargos	Como deve ser, pela Lei do Piso, sem tocar no plano de cargos
3	R\$ 3.529,74	R\$ 4.420,55	R\$ 6.931,11
4	R\$ 3.953,34	R\$ 4.420,55	R\$ 7.762,85
5	R\$ 4.427,72	R\$ 4.427,72	R\$ 8.694,39
6	R\$ 4.959,06	R\$ 4.959,06	R\$ 9.737,72
7	R\$ 5.554,11	R\$ 5.554,11	R\$ 10.906,24
8	R\$ 6.220,64	R\$ 6.220,64	R\$ 12.214,99
9	R\$ 6.967,11	R\$ 6.967,11	R\$ 13.680,79

PROFESSOR DOCENTE I 16H

Ref	Vencimento-base atual do magistério	Tabela do governo sobre o piso, atacando o plano de cargos	Como deve ser, pela Lei do Piso, sem tocar no plano de cargos
3	R\$ 1.411,92	R\$ 1.768,22	R\$ 2.772,61
4	R\$ 1.581,31	R\$ 1.768,22	R\$ 3.105,32
5	R\$ 1.771,08	R\$ 1.771,08	R\$ 3.477,96
6	R\$ 1.983,16	R\$ 1.983,16	R\$ 3.895,32
7	R\$ 2.221,65	R\$ 2.221,65	R\$ 4.362,75
8	R\$ 2.488,24	R\$ 2.488,24	R\$ 4.886,28
9	R\$ 2.786,83	R\$ 2.786,83	R\$ 5.472,64

Sepe repudia anúncio do governo estadual: queremos o piso para todas as carreiras

No dia 23 de fevereiro, a SEEDUC convocou o Sepe para uma audiência, onde reafirmou a intenção do governador Cláudio Castro de implementar o seu projeto de piso apenas para os professores que recebem menos que o Piso Nacional do Magistério, ignorando o Plano de Carreira da categoria e os funcionários administrativos



FOTO: FLÁVIA MARQUES/SEPE-RJ
 Categoria lotou o Circo Voador no dia 23 de maio em assembleia que decidiu pela continuação da greve

Sepe repudiou a reafirmação da intenção do governo e argumentou que, em pelo menos três ocasiões diferentes e recentes, Castro disse que iria pagar o piso aos professores sem citar em momento nenhum qualquer problema em relação à Justiça para o cumprimento da Lei 11.738/2008: os anúncios foram feitos na campanha eleitoral, ano passado e, em 2023, em duas publicações em redes sociais.

Em relação à ação que corre na Justiça e que, em 1ª e 2ª instâncias já deu ganho de causa ao

Sepe, garantindo o piso nacional para todos os professores a partir do nível 1, com incidência automática no curso do desenvolvimento da carreira, conforme prevê o plano de cargos e salários da categoria. Atualmente, o processo aguarda o julgamento do recurso apresentado ao STF pelo Estado do Rio de Janeiro.

A presidência do Tribunal Fluminense, antes de enviar o processo ao STF, decidiu que a causa só poderá ser executada depois da decisão final (trânsito em julgado). No entanto, diferentemente do alegado pelo governo em nota distribuída para a Imprensa, a presidência do TJ não se manifestou diretamente sobre o mérito do recurso, apenas, insistimos, determinou que a execução da ação deve aguardar o desfecho final dos debates travados no STF. Porém, destacamos que a decisão não impede que o governo do Estado implemente, desde já, corretamente o piso nacional, já que detém autonomia política para tanto.

Por estas e outras reivindicações, a greve segue mantida. A próxima assembleia da categoria está marcada para o dia 1º de junho e esperamos que, na ocasião, a categoria possa discutir uma proposta apresentada pelo governo que contemple todos os profissionais de educação e mantenha os pilares básicos do nosso plano de carreira.

PROFESSOR DOCENTE I 30H

Ref	Vencimento-base atual do magistério	Tabela do governo sobre o piso, atacando o plano de cargos	Como deve ser, pela Lei do Piso, sem tocar no plano de cargos
3	R\$ 2.647,30	R\$ 3.315,41	R\$ 5.198,34
4	R\$ 2.964,98	R\$ 3.315,41	R\$ 5.822,14
5	R\$ 3.320,78	R\$ 3.320,78	R\$ 6.520,80
6	R\$ 3.718,43	R\$ 3.718,43	R\$ 7.303,30
7	R\$ 4.165,59	R\$ 4.165,59	R\$ 8.179,69
8	R\$ 4.665,47	R\$ 4.665,47	R\$ 9.161,25
9	R\$ 5.225,31	R\$ 5.225,31	R\$ 10.260,61

PROFESSOR INSPETOR ESCOLAR 25H

Ref	Vencimento-base atual do magistério	Tabela do governo sobre o piso, atacando o plano de cargos	Como deve ser, pela Lei do Piso, sem tocar no plano de cargos
3	R\$ 2.206,08	R\$ 2.762,84	R\$ 4.331,96
4	R\$ 2.470,83	R\$ 2.762,84	R\$ 4.851,79
5	R\$ 2.767,32	R\$ 2.767,32	R\$ 5.434,01
6	R\$ 3.099,40	R\$ 3.099,40	R\$ 6.086,09
7	R\$ 3.471,32	R\$ 3.471,32	R\$ 6.816,42
8	R\$ 3.887,89	R\$ 3.887,89	R\$ 7.634,39
9	R\$ 4.354,44	R\$ 4.354,44	R\$ 8.550,51

PROFESSOR DOCENTE I 18H

Ref	Vencimento-base atual do magistério	Tabela do governo sobre o piso, atacando o plano de cargos	Como deve ser, pela Lei do Piso, sem tocar no plano de cargos
3	R\$ 1.588,39	R\$ 1.989,25	R\$ 3.119,04
4	R\$ 1.779,00	R\$ 1.989,25	R\$ 3.493,33
5	R\$ 1.992,48	R\$ 1.992,46	R\$ 3.912,53
6	R\$ 2.231,57	R\$ 2.231,06	R\$ 4.382,03
7	R\$ 2.499,36	R\$ 2.499,27	R\$ 4.907,87
8	R\$ 2.799,28	R\$ 2.799,27	R\$ 5.496,82
9	R\$ 3.135,20	R\$ 3.135,19	R\$ 6.156,43

ABSURDO!

Governo não apresentou tabela para funcionários administrativos

Em sua maioria, os funcionários administrativos recebem **menos do que um salário mínimo** no vencimento-base.

	REF	VENCIMENTO-BASE ATUAL	COMO SERIA CORRIGIDO PELO SALÁRIO MÍNIMO
ENSINO SUPERIOR	I	R\$ 1.871,52	R\$ 3.077,76
	II	R\$ 1.732,89	R\$ 2.849,78
	III	R\$ 1.604,53	R\$ 2.638,69
ENSINO MÉDIO	I	R\$ 1.485,67	R\$ 2.443,23
	II	R\$ 1.375,62	R\$ 2.262,25
	III	R\$ 1.273,72	R\$ 2.094,67
ENSINO FUNDAMENTAL	I	R\$ 1.179,37	R\$ 1.939,51
	II	R\$ 1.092,01	R\$ 1.795,85
	III	R\$ 1.011,12	R\$ 1.662,82
ELEMENTAR	I	R\$ 936,23	R\$ 1.539,65
	II	R\$ 866,88	R\$ 1.425,60
	III	R\$ 802,66	R\$ 1.320,00